

O QUE [E COMO] ESTAVA PENSANDO?: SOBRE MEMÓRIA DE PENSAMENTOS PASSADOS

WHAT (AND HOW) WAS I THINKING?: ON MEMOMY OF PAST THOUGHTS

Danilo Fraga Dantas^{*}

RESUMO: Pesquisas recentes em psicologia e filosofia mostram que a memória não apenas armazena como também processa a informação armazenada. Assim, num caso de memória de um pensamento passado, conteúdo e atitude proposicional da representação presente poderiam diferir do conteúdo e atitude do pensamento do qual ela deriva causalmente. Resta a pergunta: admitido que este tipo de lembrança não requer identidade de conteúdo e atitude, quais transformações na informação original respeitam o requisito de verdade da memória? Este artigo propõe critérios que definam quando uma representação atual pode ser qualificada como lembrança de um pensamento passado e que dêem conta dos casos em que estes pensamentos não partilham o mesmo conteúdo ou atitude. O critério apresentado para tratar a similaridade entre conteúdos é o proposto por Bernecker, o critério para as atitudes é novo: a atitude que S pensa (em t_2) como tendo tido (em t_1) é suficientemente similar à atitude que, de fato, S teve (em t_1) se a atitude do pensamento posterior for implicada pela atitude anterior.

PALAVRAS-CHAVE: Autoconhecimento. Atitudes proposicionais. Memória.

ABSTRACT: Recent philosophical and psychological researches show that memory, not only stores information but also process it. It's possible one to have a meta-representational memory despite the propositional content and attitude of the present meta-representation being different from the propositional content and attitude of the thought that the meta-representation is causally derived. So, the question is: if we take for granted that this kind of memory doesn't require content or attitude identity, what is the permissible range of aberration between the original content and the memory content? This paper proposes some conditions to define when a present meta-representation has the status of memory of a past thought, despite the difference of content or attitude. The condition for diachronic content similarity is the same proposed by Sven Bernecker. The attitude condition is a new one: the attitude that S thinks (at t_2) himself having taken (at t_1) towards p and the attitude that S took at t_1 towards p^* are sufficiently similar if and only if they are the same or the attitude of the present thought is entailed by the past attitude.

KEY WORDS: Self-knowledge. Propositional attitude. Memory.

^{*} Mestrando em Filosofia-UFRGS. Contato: danfraga@gmail.com

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 108-115
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------

Dada a confusão conceitual na pesquisa acerca da memória, a prudência exige que se especifique bem o que se significa por “memória” antes de se afirmar qualquer coisa. Numa classificação que leve em as diferenças no objeto do verbo “lembrar” (em atribuições de lembrança), existem dois tipos de memória: pode-se “lembrar de” um particular (eventos, objetos, propriedades instanciadas, etc) ou “lembrar que” uma proposição é o caso. Esta classificação é exaustiva e bem fundada, pois não é possível lembrar de algo não-particular que não seja através de um proposição. Além disso, tais categorias são ontologicamente e fenomenologicamente distintas: o “lembrar de” não depende de conceitos, tem seu objeto no passado e geralmente é acompanhado de imagens mentais, enquanto o “lembrar que” depende de conceitos, não tem seu objeto localizado espaço-temporal e não depende de imagens. Numa atribuição do tipo “S lembra que p ”, p pode ser um simples conteúdo proposicional ou um pensamento anterior. No segundo caso, o conteúdo da memória é uma metarrepresentação do conteúdo e da atitude do pensamento passado. Este texto trata das condições de verdade de atribuições não-sensíveis de “lembrar que”, em que p está por um pensamento passado, a este tipo de memória, dá-se o nome de memória metarrepresentacional¹.

Numa análise preliminar: em t_2 , S lembra que (em t_1) pensou que p , em que “pensou” está por uma atitude não-factiva (crença, desejo, intenção, etc), sse:

- (1) S pensou que p^* em t_1 ;
- (2) S ter pensado que p^* em t_1 é a causa de (em t_2) S pensar que pensou que p em t_1 ;
- (3) p é idêntico a, ou suficientemente similar a p^* ;
- (4) a atitude que S pensa (em t_2) como tendo tido em t_1 em relação a p , é a mesma ou suficientemente similar à atitude em relação a p^* que S teve em t_1 ².

Estas quatro condições podem ser rotuladas como: *condição do pensamento passado* (1), *condição causal* (2), *condição do conteúdo* (3) e *condição da atitude* (4). A condição (1) assegura que só se pode lembrar de ter pensado algo que se pensou anteriormente. A função de (2) é excluir casos de reaprendizado e garantir que a representação atual é, de algum modo, a representação de um pensamento retido. A questão é garantir que lembrar não é apenas um

¹ Deste ponto em diante, o conteúdo da memória metarrepresentacional (p) será desmembrado numa atitude e um conteúdo (e este será representado por p). “Pensar” representa a atitude proposicional mais genérica.

² No caso de atribuição de lembranças metarrepresentacionais de atitudes factivas, valem também as seguintes condições: No caso de atitudes factivas (conhecimento, orgulho) valem também as seguintes condições: (5) p é verdadeiro em t_2 e (6) p^* é verdadeiro em t_1 . Estas condições são pressupostas pela análise das atitudes factivas.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 108-115
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------

tipo de pensamento no passado, mas uma representação causada por um pensamento passado. A condição (3) afirma que, para que haja memória, o conteúdo do pensamento atual deve ser o mesmo ou suficientemente similar ao conteúdo original. O mesmo pode ser dito de (4), em relação às atitudes. O mais importante em relação a estas condições é que elas contrariam uma posição-padrão em filosofia (Locke, Hume) e psicologia (Loftus), segundo a qual, para ser memória, um pensamento precisa ter conteúdo e atitude idênticos ao pensamento passado.

O motivo para contrariar esta posição-padrão é que pesquisas recentes em filosofia e psicologia apontam para o fato de que a memória processa informação retida: “algumas vezes nossa memória processa informação e espera-se que ela o faça. Como resultado deste processamento, o conteúdo (e atitude) de um estado de memória pode diferir do conteúdo (e atitude) do qual ele deriva causalmente”³. Os argumentos para a necessidade de tal processamento são: (i) a fim de expressar o mesmo pensamento, a memória precisa modificar o conteúdo passado, (ii) muitas lembranças não se referem a um pensamento em particular, mas a um modo de pensar num período do tempo e (iii) frequentemente a memória edita a informação de acordo com estereótipos culturais de estruturação da informação⁴. Assim sendo, caso a identidade de conteúdo ou atitude fosse requerida para todo caso de memória, seria algo muito raro que alguém lembrasse de alguma coisa.

Porém, ao se admitir (3) e (4), faz-se necessário definir em quais casos representações atuais de pensamentos passados, com atitude ou conteúdo não-idênticos a este, cumprem o requisito de verdade da memória e, portanto, podem ser qualificadas como memória. Para tanto, é preciso definir a noção de “similidade” em (3) e (4) de maneira não ambígua⁵. Então, o objetivo deste texto é propor critérios que definam em que situações uma metarrepresentação com atitude e conteúdo não-idênticos ao pensamento representado pode ser qualificada como memória deste. Os critérios para similaridade de conteúdo foram propostos por Bernecker: ele define a noção de similaridade a partir da implicação relevante. Seus critérios para similaridade de atitude, como será demonstrando adiante, mostraram-se inviáveis. De modo que, propõe-se aqui novos critérios para a similaridade entre atitudes: satisfeitas as outras condições⁶, a atitude que S pensa (em t_2) como tendo tido (em t_1) é

³ Cf. BERNECKER, S. 2008, p. 146. Os parênteses foram acrescentados.

⁴ Cf. KAPLAN, D. 1989 sobre (i); SCHECHTMAN, M. 1994. sobre (ii) e BREWER, W e NAKAMURA, G. 1984 para (iii). Para maiores detalhes sobre processamento de informação pela memória cf. ENGEL, S. 1999.

⁵ Sobre as ambiguidades da noção de similaridade, cf. GOODMAN, N. 1972, 137.

⁶ Deste ponto em diante, esta cláusula está sempre sendo considerada.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 108-115
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------

suficientemente similar à atitude que, de fato, S teve (em t_1) sse somente se a atitude do pensamento posterior for implicada pela atitude do pensamento anterior.

Em que estava pensando?

Para que dois pensamentos sejam similares, o conteúdo atual deve ser implicado pelo conteúdo passado. Eis a *tese da implicabilidade*⁷: um pensamento (em t_2) pode se qualificar como uma instância de memória metarrepresentacional de um pensamento (em t_1) se o conteúdo atual for implicado pelo conteúdo passado. Esta implicação, porém, não deve ser entendida como implicação material. Se este fosse o caso, a tese se tornaria liberal demais para modelar a memória metarrepresentacional. Isto porque uma proposição falsa implica materialmente qualquer outra ($\neg p \rightarrow (p \rightarrow q)$) e seria intolerável que uma atribuição do tipo “S lembra que pensou que q ” fosse verdadeira para qualquer pensamento de conteúdo falso que S teve no passado. E contra-exemplos semelhantes podem ser derivados dos outros “paradoxos” da implicação material⁸. Além disso, do fato de que uma proposição implica materialmente infinitas outras também seriam possíveis derivar casos esdrúxulos de memória.

Bernecker, então, sugere, então, que a noção de implicação a ser utilizada em tal tese é a da lógica relevante⁹. Numa lógica relevante, p implica q sse p é relevante para q , ou seja, se p for necessário numa prova de q a partir de p . Em tal sistema, é falso que $p \rightarrow (q \rightarrow q)$, pois p é irrelevante na prova de $q \rightarrow q$. A intuição por trás desta regra é que, se p é necessário na derivação de q , p e q são tematicamente relacionados. Dado que, em lógica proposicional, identidade de temas é expressa por identidade de variáveis proposicionais, para que p implique q , p e q devem ao menos compartilhar ao menos uma variável proposicional (num cálculo de predicados de primeira ordem, p e q devem compartilhar ao menos uma constante individual, etc). Assim sendo, (3) deve ser revisada da seguinte forma:

(3') p é implicado relevantemente por p^* ;

⁷ Cf. BERNECKER, S. 2009, p. 114.

⁸ A adoção da implicação estrita resolveria este problema, pois uma contradição implica estritamente qualquer coisa ($(p \wedge \neg p) \rightarrow q$) e um teorema é implicado por qualquer coisa ($p \rightarrow (q \rightarrow q)$).

⁹ Cf. ANDERSON, A. e BELNAP, N. 1975.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 108-115
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------

No caso de memória não-inferencial existe ainda o requerimento de que nenhuma premissa adicional seja necessária ou utilizada para derivar p e p^* . Eis um exemplo: em t_2 , S lembra que (em t_1) pensou que Sócrates morreu de causas não naturais (Ns) e, em t_1 , ele pensou que Sócrates morreu envenenado (Es). Este é um caso de memória não-inferencial, pois o conteúdo passado implica o presente – eles têm a mesma constante individual, seus predicados são tais que $E \subseteq N$ e não é necessária outra premissa para provar Ns a partir de Es .

Como estava pensando?

Para tratar da similaridade entre atitudes, Bernecker propõe um critério segundo o qual, para que uma metarrepresentação seja qualificada como memória de um pensamento anterior, a atitude que, em t_2 , S pensa ter tido em t_1 em relação a p e a atitude que ele teve em t_1 em relação a p^* devem ou ser a mesma ou compartilhar direção de ajuste e polaridade¹⁰. Deste modo, (4) deveria ser revisada da seguinte forma:

(4') a atitude que, em t_2 , S pensa como tendo tido, em t_1 , em relação a p e a atitude que, de fato, em t_1 , S teve em relação a p^* devem ou ser a mesma ou devem (i) compartilhar direção de ajuste e (ii) polaridade.

No caso de memória não-inferencial há dois requerimentos extras: (iii) a polaridade da atitude em t_2 não pode ser mais intensa que a da atitude em t_1 ; (iv) se a atitude em t_2 for factiva, então a atitude em t_1 também deve o ser; e (v) a atitude em t_1 não pode ser um componente da atitude em t_2 , nem vice-versa. Seguindo o critério de Bernecker para a atitude, este poderia ser um caso de memória, mas não de memória não-inferencial: em t_2 , S pensa que (em t_1) acreditou que seria um bom filósofo, quando, em t_1 , S teve a expectativa de ser um bom filósofo. Isto porque crença e expectativa têm direção de ajuste mente-mundo e polaridade positiva, porém a polaridade da crença é mais intensa que a da expectativa. Este, porém, nem de longe é um resultado aceitável, pois, em seu sentido mais comum, uma expectativa nada mais é que uma crença sobre o futuro. E o critério de Bernecker apresenta outros problemas. O requisito (i) de (4') não funciona para atitudes que não têm direção de

¹⁰ Cf. BERNECKER, S. 2009, p. 118.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 108-115
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------

ajuste (orgulho, vergonha, culpa, etc), pelo fato de não ser possível para qualquer outra atitude ter a *mesma* direção de ajuste de uma atitude que não tem direção de ajuste. O requisito (ii) de (4') está correto. Porém, como foi mostrado no exemplo acima, o requisito (iii) não funciona para atitudes que requerem um tipo específico de conteúdo. (Segundo os critérios de Bernecker para o conteúdo, tal exemplo não seria um caso de autoconhecimento de qualquer tipo, pois que p será o caso não implica que p seja o caso). Para lidar com tais casos, faz-se necessário um critério que leve em consideração a relação entre atitude e conteúdo. O requisito (iv) de (4') está correto, porém o requisito (v) é injustificável. Não é necessária qualquer inferência para que de “S sabe que p ”, se saiba que “S crê que p ”. Por fim, além de incompleta, a proposta de Bernecker é incorreta. Segundo estes critérios, pode ser o caso de, em t_2 , S lembrar que (em t_1) desejou p , quando, de fato, em t_1 , ele intencionou p . Em *Ética a Nicômaco*¹¹, Aristóteles discute casos em que o sujeito tem a intenção de fazer algo (ou seja, faz voluntariamente, sem coerção interna), mas não deseja o fim de sua ação (pois o faz por coerção externa). Em casos como este, o exemplo acima é falso¹².

É possível, porém, propor um critério que não tenha os defeitos apontados. Eis a *tese da implicabilidade (para atitudes)*: a atitude proposicional que S pensa (em t_2) como tendo tido (em t_1) em relação a p é suficientemente similar à atitude que S teve (em t_1) em relação a p^* se e somente se a atitude proposicional do estado psicológico posterior for implicada pela atitude proposicional do estado anterior. Deste modo, (4) deve ser revisada da seguinte forma:

(4'') a atitude que S pensa em t_2 como tendo tipo (em t_1) em relação a p deve ser implicada pela atitude que, de fato, S teve em t_1 em relação a p^* .

Em princípio, tal proposta só funcionaria para atitudes complexas. Porém, partindo do pressuposto que toda atitude, mesmo aquelas sem direção de ajuste, contém uma crença ou um desejo, ou ambos¹³, é possível analisar (mesmo que não completamente) qualquer atitude em outras mais simples. O caso mais simples é o da expectativa, que é que uma crença a cerca do futuro. Porém é possível fazer análises semelhantes para muitas outras atitudes¹⁴:

Expectativa_s (p) \leftrightarrow Cren_s ($F p$);

¹¹ ARISTÓTELES, 1974, III.1.1110a14-20.

¹² Tal refutação do critério é desenvolvida em DANTAS, D. 2009. Se houver interesse, entre em contato.

¹³ Cf. SEARLE, J. 2002, p. 49.

¹⁴ É possível expressar atitudes de qualquer ordem. Por exemplo: envergonhar-se de desejar (p) \rightarrow C(D(p)) \wedge D(\neg D(p)) \wedge C(p está ligado a mim) \wedge D (\neg (outros saibam que D(p))).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 108-115
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------

Desapontamento_S(*p*) → (Cren_S(*P*) ∧ (P(Cren_S(*F* ¬*p*)) ∧ Dej_S(¬*p*)));

Logo: Desapontamento_S(*P*) → (Expectativa_S(¬*p*));

Culpar_S X por (*p*) → (Cren_S(*p*) ∧ (Dej_S(¬*p*) ∧ Cren_S(*X* é responsável por *p*)));

Remorso_S(*p*) → (Cren_S(*p*) ∧ (Dej_S(¬*p*) ∧ Cren_S(*S* é responsável por *p*)));

Logo: (Culpar_S X por (*p*) → Lamentar_S(*p*)) ∧ (Culpar_S S por (*p*) ↔ Remorso_S(*p*));

Esperança_S(*p*) → ((¬ Cren_S(*p*) ∧ ¬ Cren_S(¬*p*)) ∧ (Cren_S(◇*p*) ∧ Dej_S(*p*)));

Orgulho_S(*p*) → ((Cren_S(*p*) ∧ Dej_S(*p*)) ∧ (Cren_S(*p* está relacionado a S) ∧ Dej_S(*p* seja sabido pelos outros)));

Vergonha_S(*p*) → ((Cren_S(*p*) ∧ Dej_S(¬*p*)) ∧ (Cren_S(*p* está relacionado a S) ∧ Dej_S(¬(*p* seja sabido pelos outros)))).

Conclusões

Espera-se que, a partir destas análises e da tese da implicabilidade entre atitudes, seja possível explicar todos os casos de memória metarrepresentacional com atitudes e conteúdos não-idênticos, inclusive aqueles que o modelo de Bernecker falha em explicar. Seria fácil demonstrar, por exemplo, que este poderia ser um caso de memória: em t_2 , Platão lembra que (em t_1) acreditou ser possível que Sócrates morresse de causas não naturais, apesar de, de fato, em t_1 , ele ter temido que Sócrates morresse envenenado. Isto porque, como foi mostrado, o conteúdo da lembrança é implicado relevantemente pelo conteúdo do pensamento anterior e o temor é analisado da seguinte forma: Temor_S(*p*) → Cren_S(◇*p*) ∧ Dej_S(¬*p*).

O método para estas análise de atitudes é, a princípio, bastante singelo: “tome um tipo específico de estado intencional com um conteúdo proposicional específico. Em seguida, pergunte a si mesmo em que deve acreditar e o que deve desejar para estar imbuído desse estado intencional com esse conteúdo”¹⁵. Porém espera-se que os avanços na criação de uma lógica das atitudes proposicionais possam ajudar neste ponto¹⁶. Além disso, apesar de tratar da memória metarrepresentacional, tais critérios se mostraram fecundos também para modelar o autoconhecimento no passado com atitudes não-genéricas.

¹⁵ Cf. SEARLE, J. 2002, p. 46.

Referências

- ANDERSON, A. R., e BELNAP, N. D. *Entailment: the logic of relevance and necessity*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- ARISTÓTELES. *The complete works of Aristotle*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- BERNECKER, S. “Self-knowledge and the bounds of authenticity”. *Erkenntnis*. 71 (2009), 107–121 .
- _____. *The metaphysics of memory*. Dordrecht, Holanda: Springer, 2008.
- _____. “Memory and externalism”. *Philosophy and Phenomenological Research*. 69 (2004), 605-632.
- _____. “Externalism and the attitudinal component of self-knowledge”. *Noûs*. 30 (1996), 262–275.
- BREWER, W e NAKAMURA, G. “The Nature and Function of Schemas”. In WYER, R e SRULL, T (Eds.). *Handbook of Social Cognition, Volume 1*. Hillsdale, MI: Earlbaum, 1984, p. 119–160.
- DANTAS, D. “Conhece-te a ti mesmo, externalista: autoconhecimento, atitudes proposicionais e os limites da similaridade” (no prelo), 2009.
- DESCARTES, R. *Meditations on first philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- ENGEL, S. *Context is everything: the nature of memory*. New York: W.H. Freeman, 1999.
- GOODMAN, N. “Seven strictures on similarity”. In GOODMAN, N. (Ed.). *Problems and projects*. Indianópolis: Bobb-Merrill, 1972, 437–446.
- KAPLAN, D. “Demonstratives”. In J. ALMOG, J, WETTSTEIN, H e PERRY, J (Eds.). *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989, p. 481–563.
- SEARLE, J. *Intencionalidade: um ensaio em filosofia da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Mente, Linguagem e Sociedade: filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SEARLE, J e VANDERVEKEN, D. *Foundations of illocutionary logic*. Cambridge: Cambridge U. P., 1985.
- SCHECHTMAN, M. “The Truth about Memory,” *Philosophical Psychology*. 7 (1994), 3–18.

¹⁶ Cf. SEARLE, J e VANDERVEKEN, D. 1985.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 108-115
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------